

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CONTINUING TRAINING OF TEACHERS FOR THE CONSTRUCTION AND APPLICATION OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT

Afonso Ribeiro Damasceno Neto¹

Licélio Allan Castro de Souza²

Marcília Pimenta da Costa³

Donalba Maria de Lira⁴

Andréia Xavier da Silva Oliveira⁵

Georgea de Oliveira Lins⁶

RESUMO: O artigo aborda a relevância do aprimoramento constante dos professores na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico no município de Parnamirim, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Apresentamos uma revisão bibliográfica embasada nos principais autores que discutem o projeto político pedagógico e a formação continuada de professores. Também discutimos a legislação que incentiva a formação continuada em Parnamirim, além de fornecer dados coletados por meio de um questionário com perguntas de múltipla escolha. Esses dados são apresentados em tabelas e gráficos para facilitar a compreensão, complementados pelas opiniões dos profissionais obtidas em entrevistas aprofundadas. Concluimos destacando a importância da formação continuada para os profissionais da educação e ressaltamos a ausência de investimento adequado por parte do poder público nesse tipo de capacitação.

1352

Palavras chaves: Projeto Político Pedagógico. Capacitação Docente. Políticas Educacionais. Educação Pública. Desenvolvimento Profissional.

ABSTRACT: The paper addresses the relevance of constant improvement of teachers in the preparation and implementation of the Pedagogical Political Project in the municipality of Parnamirim, located in the state of Rio Grande do Norte. We present a bibliographical review based on the main authors who discuss the political pedagogical project and the continuing education of teachers. We also discuss legislation that encourages continuing education in Parnamirim, in addition to providing data collected through a questionnaire with multiple-choice questions. This data is presented in tables and graphs to facilitate understanding, complemented by professionals' opinions obtained in in-depth interviews. We conclude by highlighting the importance of continued training for education professionals and highlight the lack of adequate investment on the part of public authorities in this type of training.

Keywords: Pedagogical Political Project. Teacher Training. Educational Policies. Public. Education. Professional Development.

¹Doutorando - UNADES-PY.

²Doutorando -Unades-PY.

³Doutoranda - Unades-PY.

⁴Doutoranda - UNADES PY.

⁵Doutoranda- Unades -PY.

⁶Mestranda, UNades -PY.

INTRODUÇÃO

É evidente a necessidade de promover avanços na qualidade da educação brasileira, uma vez que estamos significativamente abaixo dos padrões internacionais de desenvolvimento educacional. Em 2022, o Brasil ocupou a última posição entre 63 países avaliados pelo *International Institute for Management Development* (IMD)⁷. Isso ressalta a urgência de implementar políticas públicas voltadas para o aprimoramento da educação no Brasil, visando melhorar esses resultados e elevar nossa posição no ranking do instituto.

Nesse contexto, destaca-se a importância do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), estabelecido em 2020 pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados Federais do Brasil. Esse fundo destina parte dos recursos arrecadados pela União para investimentos na educação, com uma perspectiva de aumento gradual de 10% para 23% até 2026. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) busca assegurar a universalização da educação no país, garantindo qualidade e acessibilidade para todos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, desempenha um papel fundamental como instrumento de nivelamento e igualdade no sistema de ensino-aprendizagem brasileiro, proporcionando formação continuada para professores e profissionais da educação.

1353

Este artigo aborda a importância da formação continuada de professores na construção e aplicação do Projeto Político Pedagógico em escolas públicas de Parnamirim-RN. Utiliza uma abordagem qualiquantitativa conforme Silverman (2009), que advoga que a pesquisa deve se fundamentar em dados gráficos e estatísticos, utilizando a revisão bibliográfica, um questionário virtual de pesquisa com perguntas de múltipla escolha e entrevistas em profundidade como técnicas. A conclusão destaca a ausência de formação continuada eficaz para os professores da rede municipal de Parnamirim, especialmente no que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico.

1. A formação continuada

Segundo Perrenoud (2000), que destaca a importância da formação continuada na melhoria da qualidade do ensino, a formação continuada refere-se ao processo de aprendizado

⁷ Organismo responsável dados estatísticos sobre educação, administração e outras searas informativas.

constante por profissionais em uma determinada área, buscando assimilar novos conceitos, conteúdos e metodologias para aprimorar sua prática profissional. No contexto educacional, a formação continuada é de extrema importância para o desenvolvimento profissional dos professores, uma vez que proporciona conhecimentos atualizados e novas abordagens que podem ser aplicadas em sala de aula, visando otimizar a relação entre ensino e aprendizagem no ambiente escolar diário. No Brasil, tanto o Ministério da Educação quanto o Conselho Nacional de Educação apoiam ativamente a formação continuada dos professores da educação básica, conforme estabelecido na resolução do MEC.

Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). (<http://portal.mec.gov.br/23/04/2023>).

A asseguarção da formação continuada para os profissionais da educação no Brasil contribui para aprimorar a qualidade do ensino a cada ano. Conforme esses profissionais buscam aprimoramento por meio de capacitações, novas graduações, pós-graduações, mestrados, doutorados, participação em eventos educacionais e seminários acadêmicos, ocorre um avanço significativo na relação entre ensino e aprendizagem. Esse processo resulta em um aprendizado mais significativo e prazeroso para os educandos na educação brasileira.

1354

2. A importância da formação para a construção do PPP

Considerando o Projeto Político Pedagógico como o documento mais crucial para a instituição escolar, nele devem estar delineados os objetivos e metas a serem alcançados pela escola. Sua construção deve envolver toda a comunidade escolar, visando estabelecer a identidade sociocultural da escola. Por esse motivo, é imperativo manter-se atualizado em relação ao Projeto Político Pedagógico, uma vez que é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, demandando avaliação, reflexão e reconstrução.

Essa perspectiva é respaldada por Veiga (2008).

Por essa ótica, formação assume uma posição de ‘inacabamento’, vinculada à história de vida dos sujeitos em permanente processo de formação, que proporciona a preparação profissional. O processo de formação é multifacetado, plural, tem início e nunca tem fim. É inconcluso e autoformativo [...] (Veiga, 2008, p. 15).

Nesse sentido, Libâneo (2006, p.76) complementa:

Os fatores contemporâneos ligados aos avanços científicos e tecnológicos, à globalização da sociedade, a mudança dos processos de produção e suas consequências na educação, trazem novas exigências à formação dos profissionais. (Libâneo, 2006, p.76).

Estamos de acordo com a visão de Veiga e Libâneo de que a formação do professor nos dias atuais é um processo em constante desenvolvimento. Em outras palavras, o professor deve estar em constante atualização, aprimorando continuamente sua prática pedagógica, explorando novas metodologias, adotando tecnologias educacionais inovadoras e buscando aperfeiçoar a abordagem dos conteúdos programáticos para otimizar a relação entre ensino e aprendizagem. Esse entendimento alinha-se também com a afirmação de Zabala (1998), que destaca a importância do aperfeiçoamento contínuo da prática educativa.

O aperfeiçoamento da prática educativa é o objetivo básico de todo educador. E se entende este aperfeiçoamento como meio para que todos os alunos consigam o maior grau de competências, conforme suas possibilidades reais. O alcance dos objetivos por parte de cada aluno é um alvo que exige conhecer os resultados e os processos de aprendizagem que os alunos seguem. E para melhorar a qualidade do ensino é preciso conhecer e poder avaliar a intervenção pedagógica dos professores, de forma que a ação avaliadora observe simultaneamente os processos individuais e os grupais. Referimo-nos tanto aos processos de aprendizagem como aos de ensino, já que, desde uma perspectiva profissional, o conhecimento de como os meninos e meninas aprendem é, em primeiro lugar, um meio para ajuda-lo em seu crescimento e, em segundo lugar, é o instrumento que tem que nos permitir melhorar nossa atuação em sala de aula. (Zabala, 1998, p. 201).

Concordamos com Zabala quanto à importância do aprimoramento contínuo do professor, que é uma parte integral de sua formação. Somente por meio desse constante desenvolvimento, o professor pode introduzir constantemente inovações para seus alunos, adotando novas abordagens e metodologias. Isso resulta em uma melhoria na qualidade de suas aulas e, por conseguinte, na qualidade do ensino. No entanto, é crucial que o profissional da educação esteja sempre atento aos processos individuais de aprendizagem, compreendendo como meninos e meninas aprendem, buscando continuamente aprimorar sua atuação em sala de aula.

3. Incentivos à formação continuada

Nesse sentido, é crucial não negligenciar a importância de oferecer uma compensação financeira aos professores que estão progredindo intelectualmente em suas carreiras e práticas pedagógicas. Esse processo engloba os planos de cargos e salários implementados em cada estado ou município, além da legislação referente ao piso nacional do magistério. A Lei do Piso do

Magistério, regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC), assegura aumentos anuais ajustados pela relação custo-aluno para os professores da educação básica, sempre acima da taxa de inflação, com o objetivo de proporcionar ganhos reais.

Lei do piso do magistério MEC

Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando disposição constitucional (alínea 'e' do inciso III do caput do artigo 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). (<http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>).

No ano de 2023, o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou um reajuste de 14,95% no piso salarial dos professores, elevando o valor de R\$ 4.038,43 para R\$ 4.642,18. Contudo, essa decisão tem gerado controvérsias entre prefeitos e governadores, que discutem a viabilidade do pagamento do reajuste.

Apesar das discordâncias, a Lei do Piso do Magistério garante o reajuste anual para os professores do ensino básico, mesmo que em algumas localidades não seja totalmente cumprida, muitas vezes alegando limitações impostas pela Lei Orçamentária do Teto de Gastos. Adicionalmente, cada cidade e estado possui seu próprio plano de cargos e salários para a categoria.

No contexto da cidade de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte, que foi objeto de nossa pesquisa, a legislação local estabelece um aumento no salário base de 3% por meio da promoção horizontal. Essa promoção é representada por letras, começando com "A" no início da carreira até a letra "J" nos últimos anos de serviço, indicando progressão por tempo de serviço, sendo necessário uma avaliação de desempenho para ascender a uma nova letra, com uma nota mínima de 7,0 pontos, a cada dois anos.

Além disso, há a promoção vertical ou de nível, relacionada à qualificação. Profissionais que obtêm títulos, como especialista, mestrado ou doutorado, podem receber um adicional sobre o salário base, sem acumulação. Por exemplo, a obtenção do título de especialista garante 15%, mestrado 25% e doutorado 50% sobre o salário base. Isso incentiva os profissionais de educação a buscarem uma remuneração mais vantajosa ao longo de suas carreiras.

A Lei nº 059, de 12 de julho de 2012, em Parnamirim RN, detalha claramente o plano de cargos e salários para os profissionais da educação na cidade

Art. 10 - Nível é a posição na estrutura da carreira dos ocupantes do cargo efetivo de professor com o mesmo grau de formação ou habilitação.

- a) Nível I: formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da Educação Básica;
- b) Nível II: formação em curso superior de licenciatura plena com habilitação específica para o magistério e certificado de pós-graduação Lato Sensu na área de educação;
- c) Nível III: formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério e certificado de conclusão de Mestrado na área de educação;
- d) Nível IV: formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério e certificado de conclusão de Doutorado na área de educação;

Art. 15 - A progressão funcional do profissional do magistério é a elevação de um Nível para outro hierarquicamente superior e ocorrerá mediante requerimento administrativo devidamente instruído com o comprovante da nova titulação, de acordo com o art. 10 desta Lei, passando a vigorar a partir do mês seguinte ao da comprovação pelo professor requerente.

Então apresenta-se a tabela de remuneração apresentada na época da criação da lei em 2012.

Figura 1 – Tabela de avanço salarial em função das letras

ANEXO 1

Tabelas de vencimentos dos profissionais do Magistério - 30 horas

Classes	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Níveis	1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27
NE 1	1.451,00	1.494,53	1.538,06	1.581,59	1.625,12	1.668,65	1.712,18	1.755,71	1.799,24	1.842,77
N 1	1.596,10	1.643,98	1.691,87	1.739,75	1.787,63	1.835,52	1.883,40	1.931,28	1.979,16	2.027,05
N 2	1.835,51	1.890,58	1.945,64	2.000,71	2.055,77	2.110,84	2.165,90	2.220,97	2.276,03	2.331,10
N 3	1.995,12	2.054,97	2.114,83	2.174,68	2.234,53	2.294,39	2.354,24	2.414,10	2.473,95	2.533,80
N 4	2.394,15	2.465,97	2.537,80	2.609,62	2.681,45	2.753,27	2.825,10	2.896,92	2.968,75	3.040,57

Percentual entre classes - 3,0%

Percentual entre os níveis NE 1 e N 1 - 10%

Percentual entre os níveis N 1 e N 2 - 15%

Percentual entre os níveis N 1 e N 3 - 25%

Percentual entre os níveis N 1 e N 4 - 50%

Fonte: A Lei nº 059, de 12 de julho de 2012, em Parnamirim RN

Certamente, há uma exigência que transcende o aspecto salarial, e isso diz respeito à qualidade da educação na localidade. Acreditamos que, ao proporcionar uma qualificação mais elevada aos professores, isso terá efeitos diretos dentro das salas de aula, refletindo em resultados mais significativos em sua abordagem pedagógica. Isso está alinhado com a observação de Silva (1991), que, ao fornecer dicas sobre como se tornar um bom professor, destaca a importância desse aprimoramento para a prática docente.

Como afirma Silva (1991) quando coloca em uma de suas dicas “de como ser um bom professor” o autor alerta:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – está repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados providos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos. (Silva, 1991 p. 3).

Compreendemos que o salário desempenha um papel vital na subsistência humana, proporcionando conforto, lazer e sustento familiar. No entanto, além desses aspectos, a remuneração está intrinsecamente ligada à qualidade do ensino. Um profissional mais bem remunerado contribui para um ambiente mais harmonioso, motivando-se para desempenhar suas funções de maneira mais eficaz, o que, sem dúvida, eleva a qualidade da interação entre ensino e aprendizagem.

1358

Segundo Hypólito (2007) o professor deve estar comprometido com o seu trabalho e para isso deve investir em sua formação:

Que deve fazer o professor consciente e comprometido com seu trabalho? Investir em sua formação, continuá-la para não se frustrar profissionalmente, para poder exigir respeito e, mesmo, melhorias salariais. O dia cheio e estafante não reserva tempo para a leitura, o estudo, a preparação de aula. Os cursos propostos, geralmente aos sábados ou em horários impossíveis, não atraem o professor que, ao menos, nos fins de semana, quer ficar com a família e muitas vezes com os cadernos e provas para corrigir (Hypólito, 2007 p. 2).

Segundo Melo (1999):

O professor é um dos profissionais que mais necessidade têm de se manter atualizados, aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance da sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social. (Melo, 1999, p.47).

Estamos de acordo com os escritores quanto à rotina do professor, que frequentemente precisa dedicar seus finais de semana, originalmente reservados para a família e lazer, a

atividades como estudo e correção de provas. A Lei nº 059, em seu artigo 39, oferece a opção de afastamento do profissional para realizar estudos de pós-graduação. Essa medida é considerada um estímulo ao aprimoramento acadêmico e profissional, visto que se acredita que isso contribuirá para elevar a qualidade da educação na cidade.

Art. 39 - A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor de suas funções e será concedida para frequência a curso de pós-graduação em instituições credenciadas, com Ônus para o erário municipal, de acordo com as prioridades e critérios estabelecidos no programa de qualificação profissional do magistério municipal, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (Parnamirim, Lei Complementar nº 059, 2015)

Assim sendo, o professor regularmente matriculado tem o direito de realizar um curso de pós-graduação enquanto afastado de suas funções, buscando aprimorar seus conhecimentos pedagógicos. Isso visa enriquecer a qualidade das aulas e aprimorar a relação entre ensino e aprendizagem para seus alunos.

No entanto, é importante observar que há um número limitado de licenças para estudos, visando evitar a escassez de profissionais nas salas de aula. Além disso, as instituições de pós-graduação oferecem um número restrito de vagas, o que dificulta o acesso desses profissionais a cursos avançados.

1359

Dessa forma, torna-se necessário implementar mudanças na política educacional, tanto nas escolas quanto nas salas de aula. A busca pela formação continuada e atualização do professor, por meio de processos de autoformação, depende principalmente da vontade individual. É de extrema importância que sejam promovidos incentivos para o desenvolvimento e aprendizagem contínuos nesse contexto educacional.

De acordo com Luckesi (2005)

[...] Certamente que não temos, de imediato, nenhuma possibilidade de mudar as políticas públicas para a educação, assim como as condições materiais de ensino, tais como baixos salários, espaços físicos inadequados, entre outros. Essas são reivindicações que exigem ações nossas no âmbito da sociedade civil organizada, como sindicatos, partidos políticos, comunidades de base. Todavia, na nossa sala de aula, podemos colocar nossa atenção e nosso coração naquilo que praticamos, tais como no desejo de que os alunos aprendam, na criação ou recriação de atividades que possibilitem, no processo prazeroso e criativo de aprendizagem, na relação com os educandos, que, por consequência, possibilitam o desenvolvimento. (Luckesi, 2005, p. 2).

Estamos de acordo com o autor ao abordar as condições materiais de ensino que persistem na categoria, como salários reduzidos e escolas inadequadas, consequências de

políticas públicas inadequadas para a educação. Esses aspectos desencorajam a participação dos professores em programas de formação continuada, o que, por sua vez, compromete ainda mais o avanço da educação em nosso país. Contudo, mesmo diante desses desafios, podemos, dentro de nossas salas de aula, canalizar todo o nosso desejo de aprimoramento, utilizando a criatividade para proporcionar aos educandos uma experiência de aprendizado mais gratificante.

Entretanto, é responsabilidade do professor instigar nos alunos o anseio e a motivação para aprender continuamente. Segundo Moran (2012),

[...] Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor – o papel principal – é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los. O papel do educador é mobilizar o desejo de que o aluno aprenda, que se sinta sempre com vontade de aprender, de conhecer mais. (Moran, 2012, p. 33).

Nesse contexto, compartilhamos da perspectiva de Moran em relação ao papel do professor na sala de aula, que consiste em auxiliar os educandos na interpretação, correlação e contextualização dos dados recebidos. Isso se torna crucial, especialmente diante da rapidez com que a tecnologia fornece informações, as quais podem capturar a atenção dos educandos e desviá-los do principal objetivo, que é aprender a aprender. Nesse cenário, cabe ao professor intervir, auxiliando os alunos na seleção das informações mais relevantes e orientando-os sobre como fazer escolhas diante do constante influxo de dados a cada minuto

Conforme observado por Piaget (1999), o processo de aprendizado

[...] é uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, à medida que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio [...]. (Piaget, 1999, p.14).

Estamos de acordo com o autor mencionado, reconhecendo que o processo de aprendizagem é uma construção contínua. Dessa forma, reforçamos a importância de os professores buscarem constantemente atualização, explorando novas metodologias e mantendo-se informados sobre as últimas tecnologias. Essa abordagem gradual permite que construam, como se fosse um quebra-cabeça, um legado de conhecimento e métodos, enriquecendo assim suas práticas pedagógicas de maneira mais significativa para os educandos.

Nessa mesma linha de pensamento, Rêgo, Arcanjo e Aires (2008) acrescentam que:

A formação continuada vem oferecer ao professor a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, despertando o interesse em um universo de possibilidades para o resgate da valorização do profissional reflexivo e crítico. (Rêgo; Arcanjo; Aires, 2008, p.91).

Dessa forma, a constante capacitação dos professores representa uma das abordagens mais eficazes para aprimorar suas habilidades e manter uma compreensão abrangente do processo de ensino e aprendizagem. Assim, o professor estará devidamente preparado para sua prática pedagógica, apto a lecionar para estudantes com características individuais distintas, envolvendo uma variedade de conhecimentos, culturas e realidades.

Conforme enfatizado por Zabala (1980),

Sem dúvida, é difícil conhecer os diferentes graus de conhecimento de cada menino e menina, identificar o desafio de que necessitam, saber que ajuda requerem e estabelecer a avaliação apropriada para cada um deles a fim de que se sintam estimulados a se esforçar em seu trabalho. Mas o fato de que custe não deve nos impedir de buscar meios ou formas de intervenção que, cada vez mais, nos permitam dar uma resposta adequada às necessidades pessoais de todos e cada um de nossos alunos (Zabala, 1998, p. 36).

Conforme Zabala enfatiza, é desafiador conhecer profundamente cada aluno em uma sala de aula, compreendendo suas especificidades individuais. Nesse contexto, a formação continuada se revela uma ferramenta fundamental para superar essas peculiaridades, permitindo que os professores atinjam de maneira satisfatória a maioria dos educandos presentes no grupo ao qual lecionam. Destacamos, assim, a importância crucial da formação contínua dos professores, capacitando-os a oferecer respostas eficazes e personalizadas às necessidades individuais de cada aluno.

Salientamos, ainda, que a formação continuada dos professores desempenha um papel essencial na melhoria da qualidade educacional. É crucial compreender que essa formação pode abordar diversas temáticas. No contexto de nossa pesquisa, ressaltamos a relevância de formações continuadas centradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar. Isso visa garantir que o documento seja elaborado de maneira verdadeiramente democrática, com a participação ativa de toda a comunidade escolar. Dessa forma, o PPP pode autenticamente representar a identidade da instituição escolar, refletindo os desejos e aspirações de todos os envolvidos. Essa abordagem traz a esperança de uma educação de qualidade e um futuro promissor para toda a comunidade escolar.

4. Análise e discursão dos dados

Através da aplicação de um questionário composto por oito perguntas fechadas e entrevistas detalhadas, realizaremos uma análise abrangente do questionário aplicado, tanto virtualmente por meio de formulário eletrônico quanto fisicamente por formulários entregues durante visitas às instituições de ensino. Vale ressaltar que o questionário foi distribuído nos turnos matutino, vespertino e noturno, quando aplicável, nas instituições em questão. Foi entregue aos professores que desempenham um papel integral na escola, a maioria dos quais não divide a carga horária com outra instituição municipal. Alguns professores com carga horária reduzida na escola, devido a suas disciplinas específicas, foram instruídos a responder apenas sobre a escola que recebeu o questionário. Isso nos permitirá compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores na construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da instituição, bem como avaliar a existência de formações continuadas oferecidas pela gestão escolar ou pela secretaria de educação municipal.

A primeira pergunta busca obter informações sobre o tempo de atuação do professor na instituição escolar. Formulamos a seguinte pergunta para os docentes: "Há quantos anos você leciona nesta escola?" As opções disponíveis para resposta incluíam:

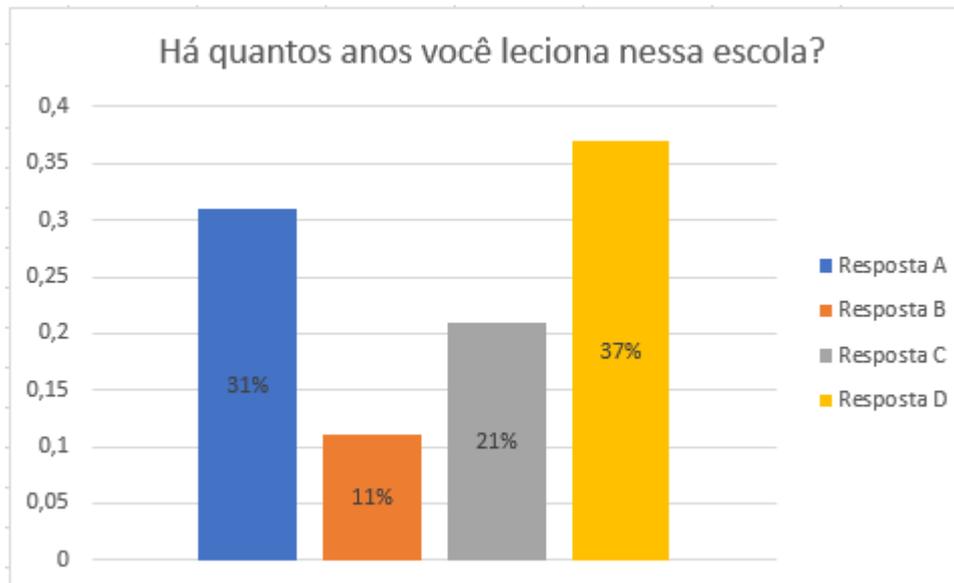
- a) de 1 ano a 3 anos
- b) de 4 anos a 6 anos
- c) de 7 anos a 10 anos
- d) mais de 10 anos

Na sequência, indicamos a tabela e o gráfico correspondente as respostas obtidas com os formulários respondido pelos professores do segundo quesito.

Tabela 1:

Questão 2		
Resposta A	78	31%
Resposta B	28	11%
Resposta C	53	21%
Resposta D	95	37%

Gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria

Este gráfico ilustra o período de serviço dos professores atuando na mencionada escola, proporcionando uma estimativa inicial dos educadores que deveriam ter envolvimento com o Projeto Político Pedagógico (PPP) em sua instituição de ensino. Considerando que o PPP deve ser avaliado e reconstruído periodicamente com a comunidade escolar, acreditamos que os professores com mais de 5 anos na mesma escola já deveriam ter participado desse processo ou, no mínimo, ter sido apresentados ao documento durante reuniões com toda a comunidade escolar. No entanto, dos 254 professores que responderam ao questionário, 78 estão na escola há menos de 3 anos, representando 31% do total. Esses professores, em sua maioria, são estagiários e contratados temporários que talvez não tenham tido a oportunidade de participar da construção ou avaliação do PPP, embora deveriam ter sido ao menos introduzidos ao documento.

Há 28 professores na escola há entre 4 e 6 anos, totalizando 11%, o que, em nossa análise, já seria tempo suficiente para participar de reuniões relacionadas ao PPP na unidade escolar. Esse cenário sugere uma demora na atualização do documento por parte das instituições de ensino na cidade. Outros 53 professores estão na unidade de ensino entre 7 e 10 anos, perfazendo 21%. Esses professores provavelmente participaram da construção e avaliação do PPP em algum momento com toda a comunidade escolar. Além disso, 95 professores estão na escola há mais

de 10 anos, totalizando 37%. Com uma experiência considerável na escola e conhecimento aprofundado sobre o PPP, esses professores também devem ter participado de eventos relacionados ao documento em algum ponto de suas carreiras.

Com a entrevista de profundidade e a finalidade de sabermos sobre o tempo de serviço do professor e o PPP, obtivemos os seguintes comentários:

O Professor A, que comentou quando perguntamos sobre o PPP: “Já trabalho nesta escola a vários anos e nunca foi me apresentado o PPP nem vi movimentação para a sua elaboração”

O Professor B comentou quando perguntamos sobre o PPP: “Estou nesta escola a mais de 10 anos e sempre escuto a mesma coisa, que o PPP está em construção e ninguém ver nada”

O Professor C comentou quando perguntamos sobre o PPP: “Cheguei em 2017 aprovado no concurso de 2015, nunca fui apresentado ao PPP e nunca vi reuniões aqui na escola para falar sobre o PPP, reuniões só para tratar os problemas.”

O Professor D comentou quando perguntamos sobre o PPP: “Estou quase me aposentando, tenho mais de 20 anos na educação nesse município e nunca vi esse tal de PPP na escola, apenas quando as meninas da secretaria pedem para atualizar que gera uma correria para fazer, e, no outro dia não se fala mais nisso.”

Diante das falas dos professores e dos dados obtidos pelos quesitos objetivos, percebemos de forma generalizada que o PPP não é levado a sério nas instituições de ensino, serve apenas como documento burocrático para apresentar a secretária de educação quando solicitado.

A segunda pergunta busca avaliar a presença ou ausência de programas de formação relacionados ao PPP oferecidos pela secretaria de educação municipal para capacitar os professores e estimular a participação da equipe na construção e aplicação do PPP na instituição de ensino. Para obter essa informação, elaboramos a seguinte pergunta para os docentes: "Em relação ao PPP em sua escola, você já participou de formação/capacitação específica para o PPP oferecida pela secretaria de educação?" As opções fornecidas aos professores para responderem foram as seguintes:

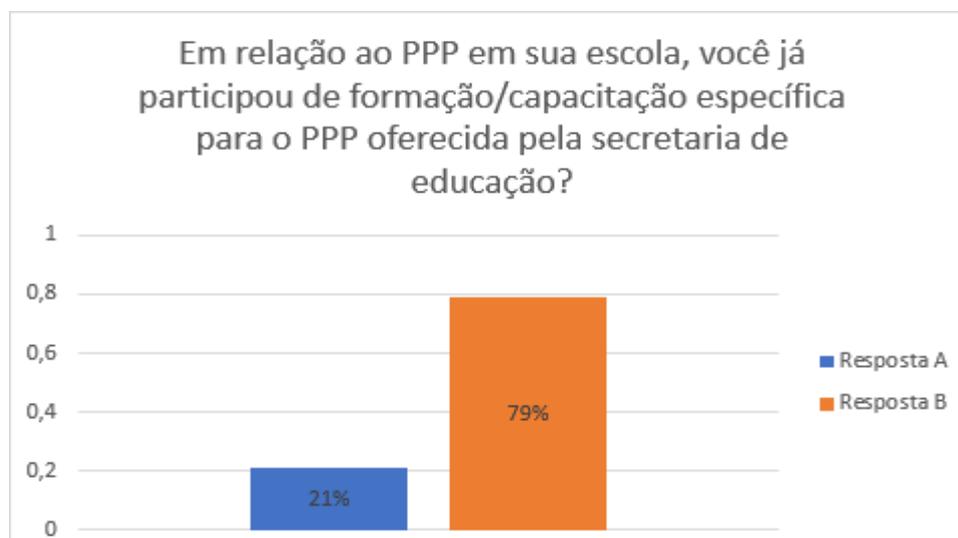
- a) sim
- b) não

Na sequência, indicamos a tabela e o gráfico correspondente as respostas obtidas com os formulários respondido pelos professores do segundo quesito.

Tabela 2:

Questão 4		
Resposta A	54	21%
Resposta B	200	79%

Gráfico 2:



Fonte: Elaboração própria

Este gráfico retrata a realidade nas escolas municipais em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), evidenciando que a grande maioria dos professores entrevistados não participou de formação ou capacitação oferecida pela secretaria de educação. Dentre os 254 professores que responderam, 200 deles, representando 79% do total, afirmaram nunca ter participado de alguma formação relacionada ao PPP proporcionada pela secretaria de educação. Em contrapartida, apenas 54 professores, correspondendo a 21% do total, indicaram ter participado de alguma formação nesse contexto.

Esses resultados evidenciam a escassez de investimentos em formação continuada para os profissionais da educação, especialmente no que diz respeito ao PPP. Embora a secretaria de educação municipal ofereça suporte em termos de infraestrutura e pessoal de apoio,

promovendo encontros de capacitação por área ao longo do ano e uma jornada pedagógica no início do ano letivo, há uma lacuna notável em formações voltadas especificamente para o Projeto Político Pedagógico. Isso cria desafios na eficaz construção e implementação do documento nas escolas.

Analisando a entrevista de profundidade neste quesito, procuramos saber do motivo que eles atribuem a falta de investimento em formação continuada relacionada ao PPP pela secretaria de educação.

O Professor A comentou quando perguntamos a falta de investimentos em formação continuada voltada para o PPP, obtivemos os seguintes comentários: “nós pagamos do nosso bolso qualquer coisa que sirva para melhorar a nossa prática educacional e nossa qualidade econômica, porém não recebemos nenhuma contrapartida do município em relação as nossas formações continuadas, até uma licença para estudarmos e nos aperfeiçoarmos o município nos nega, não há investimentos na formação dos professores.”

O Professor B comentou quando perguntamos a falta de investimentos em formação continuada voltada para o PPP: “o PPP é teórico, coisa para mostrar ao secretário de educação, investimento falta em tudo, a melhoria da educação passa por tudo, desde o reajuste salarial devido aos professores, até um contrato para trazer um especialista para nos passar novas ideias e conceitos sobre o PPP, o que falta é vontade política.”

O Professor C comentou quando perguntamos a falta de investimentos em formação continuada voltada para o PPP: “os governantes estão mais preocupados com as obras que embelezam a cidade, o PPP não é visto pela população, a reforma da frente da escola e apenas a frente da escola é vista, a limpeza da praça é vista, o asfalto na rua movimentada é visto, a festa milionária é vista, porém o PPP fica em segundo plano porque a educação não dá votos e por isso não se investe em educação nesse país.”

O professor D comentou quando perguntamos a falta de investimentos em formação continuada voltada para o PPP: “à falta de investimento na educação não é de hoje, desde sempre os governantes usam a educação como laboratório, o Brasil tem um plano de educação do governo e não um plano verdadeiro de educação para mudar a realidade do povo brasileiro, assim não espere nem tão cedo investimento para fazer que os professores entendam a

importância do PPP e para que ele serve, para os políticos educação é um gasto e não investimento.”

A terceira pergunta tem como propósito verificar se nas escolas estão sendo oferecidas oportunidades de formação continuada aos professores em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), visando aprimorar a eficácia de sua construção e implementação na instituição de ensino. Para obter essa informação, formulamos a seguinte pergunta para os professores responderem: "No que diz respeito ao PPP em sua escola, o diretor ou gestor já proporcionou alguma formação ou capacitação para os professores?" As opções disponíveis para resposta eram:

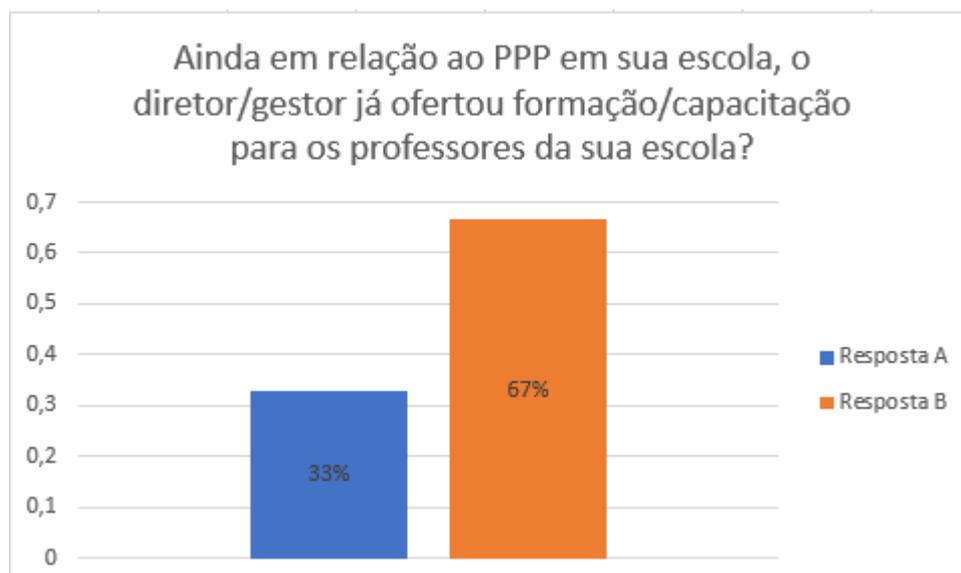
- a) sim
- b) não

Na sequência, indicamos a tabela e o gráfico correspondente as respostas obtidas com os formulários respondido pelos professores do segundo quesito.

Tabela 3:

Questão 5		
Resposta A	84	33%
Resposta B	169	67%

Gráfico 3:



Fonte: Elaboração própria

Este gráfico destaca a escassez de capacitação contínua nas escolas municipais em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP). Observamos que a maioria dos professores entrevistados indicou que não participou de formação ou capacitação oferecida pela escola. Dos 169 professores, representando 67%, afirmaram nunca ter participado de uma formação interna relacionada ao PPP em suas escolas. Apenas 84 professores, equivalente a 33% do total, responderam que já participaram de alguma formação oferecida pela escola sobre o PPP. Nesse contexto, evidencia-se a falta de investimento em formação contínua para os profissionais da educação dentro das instituições escolares.

Como mencionado anteriormente, as verbas recebidas pela escola são insuficientes diante das necessidades da instituição. Os recursos do governo federal são direcionados para materiais de apoio pedagógico e parte da infraestrutura, restando muito pouco para investimentos em formação contínua dentro da própria escola. A gestão fica limitada à criatividade, e, por parte do município, a secretaria de educação fornece materiais pedagógicos e recentemente contribuiu com uma pequena verba de fundo de caixa para pequenos reparos e compra de materiais, conhecida como ROM, equivalente a R\$ 35,00 por aluno matriculado na instituição escolar. Por esse motivo, as formações internas, sob responsabilidade dos gestores escolares, são mais raras.

1368

Ao analisar a entrevista aprofundada nesse aspecto, buscamos compreender os motivos atribuídos pelos professores à falta de investimento em formação contínua relacionada ao PPP dentro da instituição escolar.

Analisando a entrevista de profundidade neste quesito, procuramos saber do motivo que eles atribuem a falta de investimento em formação continuada relacionada ao PPP dentro da instituição escolar.

O Professor A que comentou quando perguntamos o que era atribuído a falta de formação continuada voltada para o PPP dentro da escola, obtivemos os seguintes comentários: “À escola vive sobre o fio da navalha, o investimento e as verbas recebidas são tão pequenos, que não sobram para fazer mais nada, quando o dinheiro chega à escola, já há tantas coisas para fazer de reparo estrutural e materiais de apoio para comprar que não sobra nada do dinheiro para investir em outra coisa, como a capacitação do professor.”

O Professor B comentou quando perguntamos o que era atribuído a falta de formação continuada voltada para o PPP dentro da escola: “que investimentos? O dinheiro recebido é tratado como gasto, a educação nunca foi prioridade para o prefeito (governantes), então o que a escola recebe mal dá para comprar os materiais para usarmos com os alunos, imagine fazer uma formação continuada, o gestor tem que se humilhar na secretaria de educação para ver se consegue fazer alguma coisa, e quando consegue alguém para falar sobre algum tema é por pura amizade e consideração.”

O Professor C comentou quando perguntamos o que era atribuído a falta de formação continuada voltada para o PPP dentro da escola: “fiquei sabendo que dentro da própria secretária eles não tem verba para investir em cursos de formação, trazem os professores da própria rede e os gestores que possuem uma especialização ou outra pós-graduação qualquer porque assim eles podem economizar e fazer outra coisa a mais, agora imagine o gestor de uma escola pequena que não recebe uma quantidade expressiva de verba para investir dentro da escola.”

O professor D comentou quando perguntamos o que era atribuído a falta de formação continuada voltada para o PPP dentro da escola: “os políticos só se preocupam com a reeleição, ou seja, se dá voto ou não, então não espere investimento na educação nesse país, é melhor fazer festas, construir praças, asfaltar ruas, essas obras dão votos, investir na formação do professor dá prejuízo e não votos, por isso é melhor limitar o dinheiro que vem para escola e assim os gestores têm que dançar conforme a música, usando a verba de forma inteligente e sustentável, e, isso não inclui a formação continuada.”

CONCLUSÃO

Concluimos que, apesar de ser fundamental para a formação profissional e o desenvolvimento da instituição escolar, a formação continuada deixa a desejar por parte da secretaria de educação do município. Isso torna o trabalho pedagógico mais desafiador. Além disso, observamos que os professores muitas vezes utilizam recursos próprios para investir em sua formação contínua, arcando com despesas como palestras, simpósios e pós-graduações. Além disso, é negado a eles o direito a licenças especiais para estudos.

Outra constatação importante é a inexistência de formações continuadas promovidas pela secretaria de educação com foco no Projeto Político Pedagógico (PPP). Esse documento é

considerado o mais relevante para a instituição escolar, pois orienta o trabalho pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

- LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-79.
- LUCKESI, C. C. Formalidade e criatividade na prática pedagógica. Revista ABC EDUCATIO, n. 48, p.28-29, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br>\>. Acesso em: nov. 2016.
- MELLO, S. A. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, K. (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. p. 135-155.
- MORAN, J. M. A educação que desejamos: Novos desafios de como chegar lá. 5. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Tradução de Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- SILVERMAN, D. Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2009.
- PERRENOUD, P. 10 Novas Competências para Ensinar: convite à viagem. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p

1370

Documentos Eletrônicos

- BRASIL. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf\>. Acesso: Nov/2017.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192\>. Acesso em Jan. 2016.

Sites:

- PARNAMIRIM. Lei Complementar nº 059. Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública do Município de Parnamirim. Diário Oficial do Município, Parnamirim, RN, 12 jul. 2012. Disponível em <<http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/diario/17-Jul-2012.pdf>\>. Acesso em 20 set. 2015.

LEI Ordinária nº 1.721. Aprova o Plano Municipal de Educação, para o decênio 2015/2025, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Parnamirim, RN, 24 jun. 2015. Disponível em <<http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/diario/24-Jun-2015.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2015.